





29 Bueno Monteiro leu a solicitação do conselheiro e coordenador da Comissão  
30 Permanente de Ética Profissional, Nilson Ghirardello, referente ao procedimento  
31 para as próximas reuniões plenárias extraordinária de julgamento de processos,  
32 questionando a necessidade da manutenção da sustentação oral nas reuniões. O  
33 presidente Afonso Celso Bueno Monteiro disse ter consultado o departamento  
34 jurídico que respondeu não ser ideal não ter a sustentação oral. O presidente do  
35 CAU/SP sugeriu fazer um seminário que levasse conselheiros a tirarem suas dúvidas  
36 com a explanação do departamento jurídico colocando como executar as reuniões  
37 legalmente. O coordenador Nilson Ghirardello explanou o porquê encaminhou o  
38 pedido, as implicações que podem ocorrer e concordou em fazer o seminário para  
39 que todos alinhassem na execução da reunião. O conselheiro Luiz Augusto Contier  
40 emitiu sua opinião e pensa que devem definir e cumprir um rito. O conselheiro e  
41 diretor financeiro Éder da Silva sugeriu alinhar o tema dentro de uma reunião  
42 ordinária. O vice presidente, Gustavo Ramos Melo, falou sobre a preocupação do  
43 conselho fazer um julgamento e, 30 dias após, o profissional ir à justiça e reverter  
44 uma decisão do plenário. Sendo assim, cabe a assessoria jurídica debruçar sobre o  
45 tema e definir um procedimento. A conselheira e diretora técnica Marcia Mallet  
46 colocou que a proposta deve sair da Comissão de Ética com uma visão de arquiteto  
47 e urbanista, antes da visão jurídica. O presidente Afonso Celso Bueno Monteiro  
48 concordou e disse que a Comissão de Ética deve elaborar o rito e, em cima do  
49 apresentado, os conselheiros tirariam suas dúvidas. O conselheiro Renato Nunes,  
50 membro da Comissão de Ética, disse que a experiência com os advogados foi  
51 bastante discutida e tomaram a decisão do informe lido pelo presidente Afonso,  
52 que sugere a reunião da Comissão de Ética com a assessoria jurídica. O conselheiro  
53 Ederson da Silva, também membro da Comissão de Ética, sugeriu que a resolução  
54 seja refeita pois não há um rito descrito nela. O conselheiro Paulo André Ribeiro  
55 deu seu parecer como arquiteto, que não concorda em debater com o advogado de  
56 defesa do arquiteto. A conselheira Saide Kahtouni acha importante somar as



57 sugestões dadas no plenário e a execução do Seminário para discutir  
58 detalhadamente e alinhar o assunto entre a Comissão de Ética e a Assessoria  
59 Jurídica. Em seguida segue apreciação do assessor jurídico Dr. Roberto Vomero  
60 Monaco: *Diante das dúvidas e questionamentos levantados pelos Conselheiros*  
61 *integrantes da Comissão de Ética quanto ao procedimento adotado para o*  
62 *juízo dos primeiros procedimentos, os quais foram objeto de um diligente*  
63 *exame da Presidência do Conselho, a Assessoria Jurídica esclareceu que*  
64 *determinados ritos, cuidados e encaminhamentos mais complexos são*  
65 *determinados pela Lei do Processo Administrativo Federal (Lei nº 9.784, de*  
66 *29/01/1999), a qual detalha a aplicação dos princípios constitucionais da ampla*  
67 *defesa e do devido processo legal e, conseqüentemente, obriga o Conselho, assim*  
68 *como toda a Administração Pública Federal, a dar ao partícipe do procedimento*  
69 *disciplinar todos os meios para se defender, valendo-se inclusive de defensor técnico*  
70 *(advogado) quando julgue necessário. Esses procedimentos, de outro lado, não*  
71 *esvaziam ou limitam o poder decisório do Plenário e dos Conselheiros, os quais*  
72 *decidirão aqueles procedimentos com absoluta liberdade de valoração das provas*  
73 *produzidas e de modo a firmar sua livre convicção sobre a matéria objeto do*  
74 *juízo. Propõe-se, pois, que a Comissão de Ética e a Assessoria Jurídica se*  
75 *reúnam para melhor organizar todo o fluxo dos atos relativos ao juízo dos*  
76 *procedimentos éticos pelo Plenário, de modo a obter o melhor resultado da*  
77 *participação dos Conselheiros, sem causar qualquer espécie de nulidade ou*  
78 *cerceamento de defesa. O presidente Afonso Celso Bueno Monteiro fez um*  
79 *encaminhamento para que houvesse uma reunião da Comissão de Ética e em*  
80 *seguida discutissem com a assessoria jurídica. **ORDEM DO DIA- ÍTEM 1: Aprovação***  
81 **do Balancete de Maio de 2014:** O conselheiro Luiz Antonio Raizzaro pediu dispensa  
82 da apresentação. Antes de colocar em votação o documento, o coordenador da  
83 Comissão de Orçamento e Contas falou sobre as providências tomadas para chamar  
84 os arquitetos à arrecadação de suas obrigações, havendo um aumento na receita. O



85 balancete foi colocado em discussão e votação, com dois votos em contrário dos  
86 conselheiros Luiz Fisberg e Claudio Mazzetti, e duas abstenções, dos conselheiros  
87 Paulo Burgo e Zan Quaresma, o balancete de Maio de 2014 foi **APROVADO**. O  
88 conselheiro Zan Quaresma explanou o motivo da sua abstenção, dizendo não ter  
89 recebido os balancetes dos últimos 3 meses. **ÍTEM 2: Exame e deliberação de**  
90 **proposta da Comissão de Legislação e Normas do CAU/SP para suprir omissão do**  
91 **Regimento Interno do CAU/SP:** O presidente Afonso Celso Bueno Monteiro pediu  
92 que o conselheiro João Carlos Monte Claro Vasconcellos lesse o documento  
93 desenvolvido pela assessoria jurídica do CAU/SP. Em seguida houve explanação dos  
94 conselheiros Silvio Dias, sugestões da conselheira Saide Kahtouni, João Carlos  
95 Monte Claro Vasconcellos e Lelis Noronha. Os questionamentos foram respondidos  
96 pelo assessor jurídico, Dr. Roberto Vomero Monaco. Segue o encaminhamento:  
97 *"Reconhecer e suprir a omissão do Regimento Interno do CAU/SP para regular a*  
98 *composição da Comissão Eleitoral Estadual e admitir a possibilidade da participação*  
99 *nesta de arquitetos e urbanistas não conselheiros, sendo certo que a criação e o*  
100 *funcionamento da comissão eleitoral estadual serão definidos em Regulamento*  
101 *Próprio, a ser aprovado pelo Plenário. A proposta de deliberação foi colocada em*  
102 *votação e foi APROVADO por unanimidade. Anexo à esta ata a **DELIBERAÇÃO PLENÁRIA***  
103 **Nº 25, DE 26 DE JUNHO DE 2014.** **ÍTEM 3: Eleição da Comissão Eleitoral do CAU/SP:** O  
104 presidente Afonso Celso Bueno Monteiro apresentou a resolução 81 do CAU/BR,  
105 aprovada em 6 de Junho de 2014, que trata do calendário do regimento eleitoral. O  
106 calendário deverá ser cumprido pelo CAU/BR e os CAU/UF. O presidente leu o  
107 documento e falou do envio da correspondência aos conselheiros, por e-mail, para  
108 indicação dos nomes para a Comissão Eleitoral do CAU/SP. O presidente Afonso  
109 Celso Bueno Monteiro falou das propostas enviadas por alguns conselheiros e leu  
110 os nomes dos indicados: Fabiana Zanchetta de Azevedo, Aldo da Silva Gaspar Filho,  
111 Augusto Valliengo Valleri, Manoel Correia de Almeida e Viviane Felix do Prado. Em  
112 seguida o presidente leu o calendário eleitoral, anexo II. Após discussão em torno



113 do tema, a conselheira Rosana Ferrari disse que houve pouco tempo para a busca  
114 do membro e a articulação não foi feita em plenária. A conselheira propôs que a  
115 escolha e aprovação dos membros da Comissão Eleitoral fosse feita em uma  
116 próxima reunião a fim de terem mais tempo. A conselheira Marcia Mallet colocou  
117 que as datas limites para o início dos trabalhos da Comissão Eleitoral é breve. O  
118 conselheiro Claudio Mazzetti também falou em prorrogar a data. O conselheiro  
119 Reginaldo Peronti disse sentir-se frustrado pelo pouco tempo dado para a busca de  
120 arquitetos que que gostariam de participar da comissão. O conselheiro Mario  
121 Yoshinaga colocou que todos têm que assumir prazos e estar atentos aos e-mails  
122 recebidos. A conselheira Ana Maria De Biazzi disse entender que o tempo foi curto  
123 mas, prorrogar seria mais complicado em função dos compromissos já em  
124 calendário. O conselheiro Paulo Burgo disse que gostaria de ver nomes de  
125 arquitetos de instituições que são referência e pediu que haja uma Sessão Plenária  
126 com pauta única para a formação da Comissão Eleitoral. O conselheiro Ederson da  
127 Silva também disse sentir-se frustrado mas, que deviam respeitar os 5 (cinco)  
128 arquitetos indicados. O vice-presidente, Gustavo Ramos Melo, falou que a data foi  
129 apertada mas o CAU/BR fez isso dentro de uma plenária, dando apenas “horas”  
130 para que buscassem interessados fora do Plenário. O presidente Afonso Celso  
131 Bueno Monteiro colocou a proposta de votação direta nesta plenária ou o  
132 adiamento da escolha dos 5 nomes para compor a comissão, a ocorrer em uma  
133 próxima sessão plenária. Foi **APROVADA** com 1 (um) voto em contrário do  
134 Conselheiro Luiz Fisberg e 3 (três) abstenções, dos conselheiros Zan Quaresma,  
135 Pietro Mignozzetti e Claudio Mazzetti **a votação dos membros da Comissão Eleitoral**  
136 **nesta data da sessão plenária**. Lido novamente os nomes e colocados em votação a  
137 aprovação da composição da Comissão Eleitoral por Fabiana Zanchetta de Azevedo,  
138 Aldo da Silva Gaspar Filho, Augusto Valliengo Valleri, Manoel Correia de Almeida e  
139 Viviane Felix do Prado, os membros foram **APROVADOS** por unanimidade. **ÍTEM 4:**  
140 **Apresentação por parte dos Coordenadores dos GTs: BIM, Exercício Profissional,**



141 **Patrimônio Histórico, Mobilidade Urbana e Acessibilidade.** O Presidente Afonso Celso  
142 Bueno Monteiro chamou, para fazer a apresentação do Grupo de Trabalho  
143 Acessibilidade o coordenador do grupo e suplente de Conselheiro Federal, José  
144 Antonio Lanchotti. Segue apresentação anexa à esta ata. **ÍTEM 5 - Palavra dos**  
145 **Conselheiros:** O conselheiro Luiz Fisberg recomendou que as próximas reuniões,  
146 onde haja apresentação de acessibilidade, seja feita em um espaço acessível. O  
147 conselheiro continuou sua fala citando a informação do site do CAU/SP sobre o  
148 Convenio com a Defensoria Pública e a falta de tempo entre uma plenária e outra  
149 para que os conselheiros pudessem discutir o assunto. Entre os pontos  
150 importantes, a tabela de honorários com valores muito baixos, foi destaque da  
151 palavra do conselheiro Luiz Fisberg. O presidente Afonso Celso Bueno Monteiro  
152 disse que o convênio existia no tempo do CREA e na separação o CAU ainda  
153 debateu por 2 (dois) anos conseguindo refazer o convenio aumentando o valor  
154 padronizando. A conselheira Saide Kahtouni questiona se não há como aproveitar a  
155 lei da assistência tecnica que está sub utilizada para elevar os preços de acordo com  
156 a tabela de honorários do CAU. O presidente Afonso Celso Bueno Monteiro disse  
157 que foi várias vezes à Defensoria Pública para questionar sobre o assunto mas, a  
158 Defensoria diz não ter orçamento para o aumento. Em seguida o Victor Chinaglia  
159 também discutiu sobre os honorários e esclareceu alguns pontos. Ele comentou  
160 que o CAU/BR, junto das entidades fez uma ação junto ao Congresso Nacional para  
161 a retirada do Regime de Contratação Diferenciada e a única entidade estadual que  
162 participou foi a Associação de Engenheiros e Arquitetos Públicos do estado de São  
163 Paulo. Outro ponto citado pelo conselheiro foi a greve dos arquitetos e engenheiros  
164 da prefeitura de São Paulo e do Rio de Janeiro e na Assembleia o governo municipal  
165 não dialoga com os arquitetos. O conselheiro agradeceu o envio da comunicação do  
166 arquiteto Afonso Celso Bueno Monteiro em solidariedade a lutados trabalhadores  
167 arquitetos da Prefeitura Municipal. O conselheiro Victor Chinaglia, citando o  
168 terceiro informe, contou que em uma ação de despejo da Frente de Luta pela



169 Moradia, a polícia agrediu o advogado do movimento, Benedito Barbosa, que  
170 participou na 1º Conferência de Arquitetura e Urbanismo do CAU/SP, o conselheiro  
171 pediu para que registrasse em ata a solidariedade à Frente da Luta por Moradia e  
172 ao advogado Benedito Barbosa. Após a fala do conselheiro Victor Chinaglia, o  
173 conselheiro Altamir Clodoaldo da Fonseca pediu que fosse registrado em ata a  
174 solicitação que fez, para que seja enviado uma minuta do regimento aos  
175 conselheiros que participarão da plenária que discutirá o regimento das eleições,  
176 para que possa embasar o trabalho da comissão. Após o conselheiro Altamir, o  
177 conselheiro Pietro abordou as questões da acessibilidade e da assistência técnica. O  
178 informe da conselheira Marcia Mallet foi sobre a triagem de 3.000 processos do  
179 CREA. O conselheiro Victor Chinaglia agradeceu a comissão da revista composta  
180 pelo presidente Afonso Celso Bueno Monteiro, Gustavo Ramos Melo, Eder da Silva,  
181 Rosana Ferrari e Reginaldo Peronti, assim como os membros do GT da Revista:  
182 Pedro Fiori, Antonio Celso, Rafic Jorge Farah, Ciro Pirondi, e falou do trabalho da  
183 revista do CAU/SP, Móbile, e seu conteúdo com debates intelectuais para os  
184 arquitetos. Em seguida o conselheiro Éder da Silva também falou do  
185 desenvolvimento da revista, complementou com outras informações e citou a  
186 importância do Arquiteto e Urbanista, Miguel Pereira, na ideia, desenvolvimento e  
187 na colaboração dos trabalhos da comissão. O conselheiro Mario Yoshinaga elogiou  
188 os que contribuíram para a revista e o material. Encerrada a pauta, o Presidente  
189 Afonso Celso Bueno Monteiro agradeceu a presença e desejou um bom retorno à  
190 todos.

191 Afonso Celso Bueno Monteiro

192 Presidente CAU/SP

193